

# COMPREENSÃO DE GÊNERO NO ÂMBITO ESCOLAR: OS ENCADEAMENTOS EM SER PROFESSORA COM AS INTERPELAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADE DENTRO DA SALA DE AULA

João Paulo Rocha Ribeiro<sup>1</sup>  
Josiene Camelo Ferreira Antunes<sup>2</sup>  
Daniela Kedna Ferreira Lima<sup>3</sup>  
Nayara Rubens Calaça Di Menezes<sup>4</sup>

## Resumo

Este artigo traz resultados referentes à pesquisa que teve como objetivo geral: Compreender as perspectivas de gênero no âmbito das práticas pedagógicas e como, para as professoras e os professores, o feminino e o masculino influenciam na percepção das vivências de gênero e sexualidade na escola. E como objetivos específicos: Inventariar as possibilidades e empecilhos enfrentados pelas professoras e pelos professores em geral para abordarem as temáticas de gênero e sexualidade em sala de aula; investigar quais percepções professoras e professores possuem acerca das relações de gênero estabelecidas entre as/os estudantes e como percebem a vivência da sexualidade no ambiente escolar; analisar as práticas pedagógicas de professoras e professores sob a perspectiva da educação para equidade de gênero e sexualidade. O método de análise escolhido foi o de educação comparada ou estudo comparativo, a fim de analisar as falas de professoras e professores em seus exercícios profissionais e comparar estas atuações. A abordagem utilizada foi a qualitativa, que permitiu entender os fenômenos de forma específica e em melhor profundidade. Foram entrevistadas duas professoras e dois professores, de escolas públicas estaduais, atuando no Ensino Fundamental Anos Finais. O texto traz uma reflexão acerca dos papéis de professores e professoras nas salas de aula a partir de seu sexo biológico. É quase inexistente que homens ocupem a docência no ensino fundamental e isso está atrelado a um preconceito, já que nesta idade, as crianças demandam mais cuidados diretos principalmente com o corpo.

---

1  
2  
3

1 Especializando em Psicologia Hospitalar e da Saúde pela Universidade Cândido Mendes – (UCAM). Especialista em Ensino Interdisciplinar em Infância e Direitos Humanos - UFG Catalão (UFCat) & Terapia Cognitivo-Comportamental pelo Centro Universitário Amparense – (UNIFIA). E-mail: joapaulorribeiro@gmail.com

2 Doutoranda em Serviço Social (UNESP), Mestrado em Serviço Social pela Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Serviço Social-(PUC), Especialista em Ensino Interdisciplinar em Infância e Direitos Humanos –(UFG); Especialista em Educação Especial e Inclusiva- Faculdade Mantense dos Vales Gerais- (INTERVALE); Especialista em Urgência e Emergência pelo Instituto Superior de Educação ATENEU - ISEAT (2018); Especialista em Políticas Públicas e Elaboração Projetos Sociais- (FALBE); Especialista em Docência do Ensino Superior pela Faculdade Brasileira de Educação e Cultura –(FABEC). E-mail: josieneantunes@hotmail.com

3 Especialista em Ensino Interdisciplinar em Infância e Direitos Humanos pela Universidade Federal de Goiás- Regional Catalão/(UFG). Possui Especialização/Residência Multiprofissional em saúde - área de Hematologia e Hemoterapia no Hospital das Clínicas de Goiânia da Universidade Federal de Goiás (HC-UFG/EBSERH). Especialista em Gênero e Diversidade na Escola Pela Universidade Federal de Goiás- Regional Catalão/(UFG). E-mail: danylima\_@hotmail.com

4 Mestrado em Psicologia pelo Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal de Goiás (UFG). Possui Especialização/Residência Multiprofissional em saúde - área de Hematologia e Hemoterapia no Hospital das Clínicas de Goiânia da Universidade Federal de Goiás (HC-UFG/EBSERH) e Especialização em Psicologia da Saúde e Hospitalar pela Associação de Combate ao Câncer em Goiás (ACCG - PUC). E-mail: nayaracalaca@gmail.com

**Palavras-chave:** Feminização do Magistério. Papéis de gênero. Ensino fundamental. Exercício docente

## Resumen

Este artículo trae resultados referentes a la investigación que tuvo como objetivo general: Comprender las perspectivas de género en el ámbito de las prácticas pedagógicas y cómo, para los docentes y los profesores, lo femenino y lo masculino influyen en la percepción de las experiencias de género y sexualidad en la escuela. Y como objetivos específicos: Inventariar las posibilidades y obstáculos que enfrentan los docentes y docentes en general para abordar los temas de género y sexualidad en el aula; Investigar qué percepciones tienen docentes y docentes sobre las relaciones de género que se establecen entre los estudiantes y cómo perciben la experiencia de la sexualidad en el ámbito escolar; Analizar las prácticas pedagógicas de los docentes desde la perspectiva de la educación para la equidad de género y la sexualidad. El método de análisis elegido fue el de educación comparada o estudio comparado, con el fin de analizar los discursos de docentes y profesores en sus ejercicios profesionales y comparar estos desempeños. Se utilizó el enfoque cualitativo, que permitió comprender los fenómenos de forma específica y con mayor profundidad. Se entrevistó a dos profesores y dos profesores, todos de escuelas públicas estatales, que trabajan en la escuela primaria de segundo ciclo. El texto trae una reflexión sobre los roles de los docentes en las aulas a partir de su sexo biológico. Es casi inexistente que los hombres asuman la docencia en la escuela primaria y esto está ligado a un prejuicio, ya que a esta edad los niños demandan un cuidado más directo, principalmente con el cuerpo.

**Palabras clave:** Feminización del Magisterio. Roles de genero. Enseñanza fundamental. Ejercicio de enseñan

rce, V6 2021 issn25264257 e-02203

## Considerações Iniciais

Este trabalho é escrito por meio de uma linguagem gendrada, prevalecendo o uso de ambos artigos - “a(s)” e “o(s)” - em todas as suas flexões gramaticais de gênero, contudo será priorizado o uso de palavras no feminino a fim de destacar sua presença na nossa linguagem, mesmo porque, as mulheres são maioria no magistério que esta pesquisa terá como fonte de estudo. A usual priorização do masculino nas flexões das palavras na língua portuguesa é despótica e invisibilizadora, uma vez que parte de uma construção social baseada no patriarcalismo considerando o masculino o centro de nossa sociedade, inclusive da gramática. Portanto, os autores deste artigo e diversas autoras e autores da atualidade, discordam que o plural das palavras seja considerado tomando o masculino como referência, assim, todas as denominações

(inclusive no singular) deve considerar os dois gêneros gramaticais, tanto o masculino como o feminino.

Esta pesquisa utilizou da pesquisa qualitativa, Segundo Minayo (1994, p.22), a pesquisa qualitativa "se preocupa com o universo de valores, crenças, afirmações e significados envolvidos nas relações humanas e que não podem ser quantificadas em dados numéricos e análises estatísticas."

Assim sendo, utilizou-se como instrumento de coleta de dados a entrevista semiestruturada com perguntas abertas que permite maior abertura na condução da entrevista com o participante da pesquisa. Foram entrevistadas duas professoras do sexo feminino e dois professores do sexo masculino, todos de escolas públicas estaduais, atuando no Ensino Fundamental Anos Finais. As entrevistas foram analisadas de acordo com o método de educação comparada ou estudo comparativo, um instrumento que possibilita analisar os sistemas educativos, em que auxilia a identificar semelhanças e diferenças neste campo, a partir de uma análise dos sujeitos investigados. Segundo Carvalho (2014, p. 132-133), o enfoque desta metodologia abarca duas dimensões: a análise intra educativa e a análise social educativa, onde a primeira consistem na análise dos dados puramente educativos; a segunda, nas relações entre as características educativas e as variáveis do contexto social. Seu objetivo é detectar as correlações entre educação e estrutura social, para que, além de subsidiar a tomada de decisão política, se possa avaliar com segurança seus efeitos e consequências.

A escolha da educação comparada ou estudo comparativo se deu pela necessidade de correlacionar as práticas profissionais, suas representações de feminino e masculino no desempenho do magistério, de seus conhecimentos ou a falta deles para o trabalho com a diversidade dentro da sala de aula. Este método

possibilitou verificar as diferenças dos papéis de gênero de professoras e professores e suas representações para com alunas e alunos, possibilitando uma análise de fatores implícitos em nossa cultura.

Assim como Tavares, Andrade e Lima (2017) concordam que a escolha do homem em atuar na educação infantil se dá pela sua trajetória e com uma identificação com atividades anteriores à sua formação. Os modelos tradicionais de masculinidade podem inferir nessa escolha, uma vez que os papéis sociais de construção de gênero ainda estão presentes na nossa sociedade, isso transpareceu em algumas falas.

Os homens transpareceram uma noção do seu papel de privilégio da sua figura masculina, mas levantaram questionamentos ao inferirem a diferenciação com relação a suas sexualidades, que, por serem homossexuais, acabam por terem que ter um cuidado maior no trabalho com as temáticas de gênero e sexualidade, pois, segundo os mesmos, a família das alunas/os podem não compreender o papel social dessas discussões e acabar por deduzirem que esteja havendo uma “doutrinação”.

O que fica evidente também é a massiva presença da mulher nas áreas de ensino, não haviam homens presentes nos municípios que ministrassem aulas de ciências, teve-se que recorrer a professores que já ministraram aulas no passado dentro dos municípios e/ou buscar outros municípios do entorno/região. As próprias professoras/es perceberam essa escassez da figura masculina na educação básica, principalmente no Ensino Fundamental. Assim como as autoras/es: Castanha (2015), Louro (2003) e Vianna (2002), por mais que o homem tenha uma conotação de maior respeito na sala de aula, poucos escolhem o magistério, uma vez que a profissão seja desvalorizada e pouco rentável.

A partir dessas reflexões, pode-se dizer que há uma diferenciação no tratamento quanto ao gênero da professora ou do professor, apresentou-se nas

entrevistas que a figura masculina desperta maior autoridade às alunas/os, gera maior receio e mais rigidez, já no caso da figura feminina, quando o assunto é mais “delicado”, as alunas/os possuem maior abertura para as discussões, tanto com as meninas como com os meninos. Outro ponto que destaca-se como importante que apareceu nas entrevistas é a questão da homossexualidade de dois professores entrevistados, que, relatam haver uma diferenciação no tratamento com relação as suas sexualidades, mas não quanto ao seu gênero. Esse fator abre brecha para outra discussão para verificar, de forma mais minuciosa, quais empecilhos professores que fogem da regra heteronormativa enfrentam na prática profissional. E quando professores assumidamente homossexuais abordam conteúdos sobre a diversidade, como seria a recepção pelas alunas/os, demais professoras/es e pela família, se enfrentam algum preconceito e de que tipo, tais questionamentos podem ser assuntos para uma nova investigação futura.

Este artigo traz uma reflexão acerca de como é visto os papéis de professores e professoras nas salas de aula a partir de seu sexo biológico: homem mulher e a partir de sua identidade de gênero, quando este é homossexual. O estudo permitiu observar que é quase inexistente que homens ocupem a docência no ensino fundamental e isso está atrelado de certa forma a um preconceito, já que nesta idade, as crianças demandam mais cuidados diretos, além da educação, principalmente cuidados com o corpo.

### **Gênero – relações e categorias**

Segundo a historiadora estadunidense Joan Scott (1995, p. 75) gênero pode ser compreendido como “uma categoria social imposta sobre um corpo sexuado” e que essa concepção reflete a criação social dos papéis próprios aos homens e às

mulheres. As construções de gênero dependem não somente de fatores biológicos, mas de diversos valores e normas de cada cultura, assim fazendo parte desse processo, fazer-se homem ou mulher, depende de algumas variáveis como comportamentos, marcas, gestos, preferências, gostos e desgostos, e vivências (LOURO, 2003). Um fato importante a ser considerado antes de tudo é sobre a definição a respeito das relações de sexo, gênero e sexualidade, que frequentemente são tidas erroneamente como sinônimos. O sexo se resume às características biológicas das pessoas, dos aparelhos sexuais, já a sexualidade se define pelas práticas erótico-sexuais-afetivas nas quais as pessoas se envolvem, e o gênero refere-se às relações sociais, às construções de seus papéis na sociedade, pelo que é constituído culturalmente e muda conforme a sociedade e o tempo (SANTANA e BENEVENTO, 2013).

Os conceitos de gênero não devem ser considerados rígidos, mas em constantes transformações que envolvem os momentos históricos de cada época. Santana e Benevento (2013) remetem o gênero às relações sociais desiguais de poder entre homens e mulheres que são o resultado de uma construção social do papel do homem e da mulher a partir das diferenças sexuais.

Alves e Pitanguy (1985) conceituam gênero também de uma forma construída, sendo esta uma construção sociocultural, que atribui a homens e mulheres papéis diferentes dentro da sociedade e depende dos costumes de cada lugar, da experiência cotidiana das pessoas, bem como da maneira como se organiza a vida familiar e política de cada povo. As definições de gênero trazidas por diversas/os autoras e autores remetem à percepções de uma construção a partir de cada cultura, como Louro (2003) diz em seus estudos, suas definições dependem não somente de um único fator, mas de uma pluralidade de valores, normas, experiências, vivências em

que o sujeito esteja inserido, o que se equipara a fala de Souza e Araújo (2017, p. 3) quando o autor e a autora afirmam que “estes saberes não são absolutos, mas sim relativos para cada cultura”. Santana e Benevento (2013), após consultas a autoras e autores que trabalham com temáticas ligadas a gênero, chegaram à conclusão, de que gênero é uma construção cultural e social e, como tal, sua representação e disseminação pelos meios comunicacionais é responsável pela construção de ideais sociais, valores, estereótipos e preconceitos. E esses estereótipos criados para os papéis do ser mulher ou do ser homem, acabam por desfavorecer a aceitação de qualquer pessoa que fuja da construção social tida como “normal” pela sociedade, resultando em preconceitos e na discriminação e marginalização dessas pessoas tidas como “diferentes” do padrão. A partir famosa frase da filósofa francesa Simone de Beauvoir (1908-1986), “ninguém nasce mulher, torna-se mulher”, compreendemos que o gênero é constituído, desde o nascimento, ou até mesmo antes, quando se descobre o sexo do bebê ainda na barriga da mãe. É, então, criada toda uma história em torno dessa vida que ainda nem tomou forma por inteiro. Quando se descobre o pênis do bebê, o lugar dele em si já se estabelece como local de privilégio, pois se constrói uma imagem de que tudo se pode, tendo toda a liberdade a sua volta, ao contrário do que ocorre quando se descobre uma vagina no bebê. Como Beauvoir sustentava, nossa existência não nos afirma como mulher ou como homem, essa construção social do ser mulher e ser homem perpassa uma concepção bastante antiga em um processo sócio cultural entre os sujeitos sociais. Essas relações desiguais de papéis dão origem à relação de opressão, um patriarcalismo que mantém a hegemonia do homem em evidência e põe a mulher em papel de submissão, tornando-a dependente da figura do homem (SANTANA e BENEVENTO, 2013). As relações de gênero historicamente sempre foram bastante desiguais, não só no Brasil,

mas em grande parte do mundo. Para compreender essa questão, precisamos entender a masculinidade e como ela se constituiu na sociedade. A construção do ser homem em nossa história está muito ligada à virilidade intrínseca, como agente provedor da família e detentor de poder, um ser „superior“ às mulheres (BATISTA et al., 2004). Os mesmos autores compreendem esse papel hegemônico do homem, que acaba não só causando desigualdades entre mulheres e homens, mas instaura estereótipos e preconceitos em cima até de outros homens que fogem da norma viril de masculinidade. Louro (2003) traz em seus estudos a relação de poder que o patriarcado instaura sobre as mulheres, uma posição de subordinação e hierarquização nas relações em relação ao homem, “sendo ele a medida, o padrão, a referência de todo discurso legitimado” (p. 33), a autora apresenta essa dicotomia nas relações entre o masculino e o feminino, mas cita também que há certa oposição a esta construção binária, onde se cria possibilidades que abrem para que se compreenda e inclua as diferentes formas de masculinidade e feminilidade que se constituem socialmente, e nisso é incluído também os sujeitos sociais que não se “enquadram” e fogem dessa norma binária cis-hétero. Por outro lado, Louro (2003) afirma que os grupos dominados são, muitas vezes, capazes de fazer dos espaços e das instâncias de opressão, lugares de resistência e de exercício de poder, e isso tem ocorrido ao longo de nossa história. Nas relações, as mulheres vêm cada vez mais conquistando espaços, autonomia e, com isso, também mais responsabilidades – não que isso não fosse uma realidade perene, pois sempre desempenharam duplas, triplas jornadas de trabalho, como mostra Macedo (2017) em sua pesquisa, mas agora, ao ocuparem novos espaços de poder, antes exclusivos dos homens, as responsabilidades são cada vez maiores, ainda assim é essa movimentação que está, paulatinamente, modificando as relações hierárquicas historicamente desiguais,

sexistas e patriarcais. É evidente que a diferenciação entre ser mulher e ser homem fora construída ao longo do tempo, e que essas diferenças fazem parte de um constructo social, histórico e político, assim como Macedo (2017) traz a partir das obras de Simone de Beauvoir, cujas bases nos permite perceber que há apenas uma diferenciação no que tange ao biológico, e que isso não deve fazer com que se produzam mais segregações. A autora cita, ainda, a importância em desmistificar essas desigualdades por meio de um diálogo aberto que abranja questões ligadas às representações de gênero: É por isso que as questões de gênero devem estar em todos os meios e ser assunto, também, para homens, pois eles só entenderão a necessidade de se mudar a hierarquia dos gêneros quando entenderem que seus privilégios são base para toda a desigualdade não só de gêneros, mas social, que vivemos e que a equidade de gêneros, anseio feminista, significa emancipação também para eles mesmos, para que possam constituírem-se e viverem em uma realidade mais humana, com vistas à justiça social. (MACEDO, 2017, p. 120)

Essas definições só evidenciam o caráter social das desigualdades, e elas também estão evidentes na educação, essa construção da mulher mais amável, mais delicada e com um papel nato e intrínseco dos instintos maternos, acaba por colocarem-na como professoras dos anos iniciais para lidarem com as crianças mais novas, já que o homem não teria todo esse “dom”, pois o papel social da masculinidade é o oposto (VIANNA, 2002). Essas desigualdades entre os gêneros se perpetuam até os dias de hoje, com menor intensidade se comparado aos tempos antigos. Desigualdades essas que, para Macedo (2017), se estruturam em uma hierarquia que incide no poder do masculino sobre o feminino, o primeiro tendo privilégios apenas por ser homem, o segundo tendo desvantagens apenas por ser mulher, e isso sobrevêm sem mesmo observar outros pontos que seriam importantes,

como qualificação, competência, capacidade, dentre outros. É como Louro (2003) afirma, um corpo dominando o outro. Macedo (2016) argumenta que o próprio estado brasileiro tem há anos respaldado essa desigualdade, na educação, por exemplo, não se eram oferecidas as mesmas oportunidades de aprendizado dos meninos às meninas, o que produziu um atraso na conquista de espaços tanto acadêmico quanto profissional às mulheres, e isso abre para uma nova discussão, a história da mulher na construção e na ocupação dos espaços escolares.

### **Papéis de Gênero na Escola: Professoras e Professores no Exercício do Magistério**

Neste item, são apresentadas as possibilidades e obstáculos no exercício do magistério que professoras e professores enfrentam quanto ao seu gênero, o que isso pode influenciar na prática profissional e se há algum contraponto a essa atuação, buscando refletir acerca de qual o papel a feminilidade ou masculinidade desempenha na prática do magistério e suas implicações nesse exercício profissional. Nesse sentido, a desigualdade de gênero é um fator importante, visto que essa construção do feminino e do masculino perpassam vários estereótipos e podem influenciar nas escolhas do campo de atuação de professoras e professores, uma vez que se dá maior prestígio à atuação nos anos finais da Educação Básica (anos finais do Ensino Fundamental – 6º ao 9º ano e Ensino Médio) e pouco ou nenhum prestígio nos anos iniciais (Educação Infantil e primeiros anos do Ensino Fundamental – 1º ao 5º ano).

Sobre a presença masculina no magistério, primeiramente cabe ressaltar que, atualmente, o magistério (primeira etapa do Ensino Fundamental – 1º ao 5º ano) é uma área predominantemente ocupada por mulheres, e, quando ocorre de algum homem ocupar esses espaços, há muito preconceito impregnado por ser um espaço

tido como “feminino”. Aguiar e Maia (2016) apontam que esse preconceito existente vem não somente de outros profissionais da escola, mas principalmente das famílias das crianças que questionam o papel do homem na educação infantil, até mesmo sua competência quanto em alfabetizar ou no cuidado principalmente de meninas. Há uma oferta escassa de homens nesta área, a fala de uma diretora na pesquisa de Aguiar e Maia confirma isso: “mulheres são melhores para dar aulas, homens não tem jeito com criança” (p. 99), essa e outras situações acabam por excluir professores que realmente gostam da profissão e que estão interessados na educação infantil. Leão (2015) traz alguns apontamentos sobre a capacidade do homem na sala de aula, como dito no capítulo anterior, muitos têm assumido o papel de uma nova masculinidade.

Sabe-se que há também uma perspectiva de cuidado pertinente aos inúmeros casos de pedofilia e abusos sexuais infanto-juvenis que são, em sua grandiosa maioria, cometidos por homens que mantêm uma relação de confiança ou que exercem poder sobre as crianças. Não vamos discutir esse aspecto importante, pois nossa pesquisa não o abrange, porém não poderíamos deixar de trazer essa ressalva.

Modificando a concepção de homem rígido, frio, impassível e sem sensibilidade, sabendo, assim, impor limites, brincar e cuidar das pequenas e dos pequenos tão bem quanto às mulheres” (p. 87). Em contraponto, as características das mulheres foram construídas numa concepção de ser cuidadora, afetuosa e de ter paciência, ou seja, uma função maternal de cuidado, e que ao longo da história foram consideradas educadoras natas dos filhos, conseqüentemente, de outras crianças também (SANTANA, 2012).

Bruschini e Amado (2013, p. 04) confirmam o que foi citado por Santana quando diz que “o magistério, enquanto carreira feminina, incorpora elementos da ideologia

sobre a domesticidade e a submissão da mulher”. Riedo (2018) também corrobora com essa ideia de mulher que foi estereotipada ao longo da história, da professora desempenhando um papel de maternagem por ser mais afável, ter maior paciência, meiguice, doçura e bondade, características que socialmente homens não possuem, e os que possuem, fugindo ao ideal da norma máscula e viril, são alvos de preconceitos que ligam o feminino à desqualificação, até mesmo são taxados como gays, também numa perspectiva pejorativa.

Sobre esse preconceito com o homem na educação infantil, Rabelo (2009) aponta em seu estudo que chega a ocorrer homofobia em certos casos e que isso não se aplica somente aos professores homossexuais, conceito tal baseado na concepção preconceituosa e sexista de que todos os docentes do ensino fundamental sejam homossexuais, apenas por se interessarem por uma profissão e função tida por muito tempo como das mulheres. Anteriormente uma área exercida somente por homens, como foi nos princípios da educação ofertada pelos jesuítas no Brasil, a educação infantil passou por um processo de “desmasculinização” e hoje tem demonstrado uma ocupação majoritária de mulheres.

Percebe-se o grande número de mulheres presentes na educação infantil dos anos iniciais e a pouca presença de homens, e isso produz certos tabus que acabam por afastar os homens desse campo na educação, tabus estes construídos ao longo dos anos e que influenciam negativamente a prática do magistério na educação básica. Rabelo (2009) destaca que esse preconceito se designa aos profissionais tanto mulheres quanto homens que possuam alguma qualidade que seja tida do gênero oposto. Só esse preconceito já se faz um empecilho aos homens que desejam adentrar as salas de aula da primeira etapa do Ensino Fundamental, além disso, a autora também cita que existe certa dificuldade na oferta de emprego para os homens,

e que quando este está inserido na sala de aula, há uma necessidade destes em terem que reafirmarem a sua masculinidade – e até mesmo sua heterossexualidade, mesmo tendo sua sexualidade discordando da norma.

Esse estereótipo de feminilizar o homem que segue na educação infantil apenas por não se enquadrar nas normas sociais tidas como padrão, perpetua um rótulo de sexismo e de preconceito com relação aos papéis de gênero estabelecidos. Esse estereótipo por si só, acaba por afastar os homens da escolha do curso de pedagogia, uma vez que se criam rótulos e gera um medo em serem taxados nessa concepção. Silva (2014) pontua que o homem na Educação Infantil é minoria e que provoca estranhamentos, tanto por parte da escola como também da família, acrescenta ainda que vivenciando várias situações durante sua prática docente que levam a questões como preconceito, desvalorização do trabalho desse profissional e construções que envolvem toda a comunidade escolar, justamente por estarem “invadindo” um espaço historicamente dominado pelas mulheres levantando a uma discussão sobre a questão de gênero (p. 17).

Além disso, há outro fator que Tatagiba (2010) aponta em seu estudo, os homens são taxados por desempenharem tarefas que socialmente são atribuídas às mulheres, há uma indagação se eles podem ou não realizar os cuidados básicos das crianças que ainda são dependentes, como banho, levar ao banheiro, limpar as crianças, fazer a higiene, dentre outras coisas. Através do estudo da autora, percebe-se que os homens possuem pouco reconhecimento quando atuam nessa área da educação (Educação Infantil e Ensino Fundamental – Anos Iniciais), não por não terem de fato capacidade, mas há uma desconfiança, do medo de ocorrer algum abuso, como mostra a fala de uma entrevistada em sua pesquisa: Todos os dias assistimos a diversos casos de abusos contra crianças. Já imaginou chegar na creche

de manhã com a sua princesinha de 2 meses e descobrir que um “barbado”, “desconhecido” vai dar banho na sua filhinha? Vai mudar, mas tem que ser devagar (TATAGIBA, 2010, p. 06).

Já nas licenciaturas, nos anos finais do Ensino Fundamental, a figura masculina é mais aceita, uma vez que a criança não apresenta tanta dependência do adulto e o trabalho se torna mais “técnico”, é nessa etapa que o trabalho do homem na educação começa a ter um maior prestígio, segundo as pesquisas do Censo Escolar de 2018. Nessa fase da educação, os professores são 51,08% do total, única área da Educação Básica (incluindo o Ensino Médio) onde eles são maioria com relação às mulheres (BRASIL, 2018). Assim como a autora Jakimiu (2011) e Carvalho (2004) relatam, deve haver um empenho na educação das crianças para problematizar e desconstruir padrões rígidos na sociedade, além de haver uma parceria entre escola-família para desmistificar esses tabus e apresentar o trabalho do homem na educação das crianças.

Nos papéis de gênero na escola, homens e mulheres historicamente possuíram (e ainda possuem) delimitações bastante diferentes na sociedade, papéis estes que foram construídos numa concepção patriarcalista, como sendo o homem o provedor e a mulher a cuidadora, ou seja, o homem foi tido como superior à mulher, uma relação de subordinação e hierarquização como a autora Louro (2003) pontua. Essa diferenciação também ocorre nos espaços escolares, o homem como professor se beneficia do patriarcalismo, da figura de autoridade, de austeridade, de credibilidade, e isso promove mais valor à sua figura dentro da sala de aula, enquanto a mulher, por outro lado, possui uma figura materna, de compreensão, de afeto, de cuidado, de meiguice, e que em muitas vezes não se é levada tão a sério quanto à figura masculina. Esses estereótipos permanecem ainda hoje – não como antes, mas ainda

permeiam nossa sociedade – e afetam toda uma estrutura educacional, impossibilitando pessoas que realmente gostariam de desempenhar a profissão por medo de julgamentos.

Há também uma transformação de valores que estão modificando aos poucos essas concepções retrógradadas, e, que de certa forma, tendem a alterar tais percepções. E como um campo exclusivamente masculino – como era a educação quando foi instaurada como política pública, por volta dos anos 1549 – passou por uma desmasculinização e hoje é ocupado quase inteiramente por mulheres? De Sá e Rosa (2004) trazem essa resposta em seu estudo, as autoras mostram alguns fatores que propiciaram a inversão de papéis na ocupação do magistério, enquanto as mulheres estão ocupando as salas de aula, os homens foram ocupar postos superiores na hierarquia burocrática.

Outros fatores como desprestígio da profissão docente e os baixos salários que a categoria tem recebido e que cada vez mais se tornam característicos da profissão, podem ter influenciado também a evasão dos homens deste campo de trabalho, ou a entrada das mulheres foi o que fez com que houvesse uma subvalorização - com redução financeira, e isso influenciou a saída dos homens. Cruz, Fernandes e Menger (2012) apontam que houve um aumento grande na inserção das mulheres no mercado de trabalho até o ano 2000, e, inclusive, adentrando também ocupações tidas como masculinas, e isso não ocorreu no caso dos homens, eles ainda, em sua maioria, permanecem nas profissões tidas como masculinas. As autoras trazem que entre os diversos fatores culturais que acabam por afastar os homens do magistério, outro ponto considerado são as possibilidades de realização dentro da docência, como a possibilidade de cursar graduações menos onerosas ou prolongadas no tempo, a rentabilidade e a empregabilidade ou, igualmente, fatores de carência, em que a falta

de opções ou a necessidade imediata de emprego sem formação completa direcionasse o sujeito para o trabalho docente (p. 51).

Percebe-se que a escolha profissional não se dá apenas por um único motivo ou um único fator, há uma combinação de variáveis, tanto sociais como pessoais, que influenciam nessa escolha, como mostra Rabelo (2011) em um de seus estudos, a autora ainda demonstra que um dos pontos que mais aparecem do porquê da escolha pelo magistério é o gosto pela profissão. E um dos principais fatores que tem se mostrado forte na escolha da educação básica é o prazer em educar, a realização pessoal em ensinar, em contribuir para o futuro de alguém que está em formação, e muitos remetem isso a uma vocação intrínseca (CRUZ, FERNANDES e MENGER, 2012).

Segundo dados da Sinopses Estatísticas da Educação Básica, divulgada pelo Ministério da Educação – MEC referente ao ano de 2018, em se tratando da Educação Básica (que compreende a Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio), 79,95% do total de profissionais atuando no magistério são de mulheres. Em específico na Educação Infantil, as professoras somam 97,56% do total, já no Ensino Fundamental considerando todas as 9 séries, compõe 79,11%, e aumentam quando se consideram somente os anos iniciais, perfazendo um total de 88,75%, já no Ensino Médio, a diferença é bem menor se comparada com as demais fases da educação, as mulheres somam 59,06%, Isso evidencia o que já foi mencionado anteriormente, quanto maior o distanciamento da Educação Infantil, menor o número de mulheres, conseqüentemente, maior o número de homens.

Poderia essas informações representar um poder de escolha por parte dos homens em escolherem séries superiores para atuarem, a autora Jakimiu (2011, p. 11) expõe que “há uma complexa rede de tecnologias e de sistemas disciplinares

pelas quais o poder opera”, seria esse poder um fator implícito na escolha do magistério pelos homens? Para Louro (1997a) a busca por maior prestígio é um fator visível nessa escolha, o desprestígio em se atuar nos anos iniciais da Educação Básica e falta de reconhecimento do trabalho acabam por afastar os homens desse campo. Até aqui fica claro que essa desigualdade tem se perpetuado em nossa sociedade no decorrer dos anos, cabe então às professoras e professores uma cisão desses estereótipos, Jakimiu (2011, p. 11) traz que professoras e professores deveriam “propor intervenções de situações de aprendizagens capazes de suscitar a reflexão dos alunos no sentido desconstruir os discursos hegemônicos acerca dos sexos e dos gêneros”, isso poderia possibilitar a quebra dessa desigualdade de gênero. São nesses espaços escolares que deve haver diálogos para desconstrução de todo e qualquer preconceito, visto que ali é um espaço de formação de crianças, que estão em desenvolvimento e que nesta fase, se espelham nos adultos, tais espaços educacionais tem sido apontado como um importante espaço de intervenção e discussão sobre a diversidade (ALTMANN, 2003).

É consenso entre autoras e autores que a escola seja plural, isso se repete também na fala de Jakimiu (2011, p. 13), quando a autora expõe que um dos pontos fundamentais na educação das crianças é problematizar e desconstruir o sexismo, a heteronormatividade e outros tipos de preconceito, pois eles começam dentro de casa e podem ser reforçados, muitas vezes, dentro da própria escola, que deveria ser um lugar de acolhimento, além de sua função de ampliar os conhecimentos dos alunos e alunas e também dos professores.

A família nesse processo também desempenha um papel importante na desconstrução das desigualdades de gênero, Santos et al. (2016) postulam que grande parte dos medos e anseios de professoras e professores nesses diálogos,

partem das relações e impasses entre a família e a escola. As autoras e o autor defendem que a escola não deve se eximir da sua função

[social de produzir jovens críticos], de questionar, refletir e fazer com que [as alunas e] os alunos compreendam os processos que ocorrem nas entrelinhas das desigualdades entre homens e mulheres; da homofobia, da transfobia, do sexismo, do machismo, das questões de classe e etnia, entre outros aspectos da discriminação social, que se perpassam na diversidade existente (p. 105-106).

A própria família carrega um preconceito quando, ao levar a criança para a escola, depara-se com um professor na Educação Infantil ou nos anos iniciais do Ensino Fundamental e questiona qual o seu papel ali, se o mesmo possui capacidade ou não para cuidar de suas crianças (TATAGIBA, 2010). A própria relação entre professoras-família é melhor do que professores-família, a figura masculina ainda assusta algumas pessoas, cria-se uma barreira e dificulta o acesso, mesmo que seja de forma imaginária e não existam de fato esses estereótipos. Cabe verificar então, as implicações com relação aos papéis de gênero de professoras e professores no exercício do magistério, se ser mulher ou ser homem traz interferências nas práticas pedagógicas quanto ao trabalho com as temáticas de gênero e sexualidade na escola.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A investigação sobre as relações dos papéis de gênero de professoras e professores do ensino fundamental a partir de suas práticas profissionais e verificar se ser mulher ou homem no exercício do magistério pode trazer implicações nas práticas pedagógicas, especificamente no que tange o trabalho com as temáticas de gênero e sexualidade.

A propositura de pesquisar estas temáticas possibilitou traçar um paralelo nas relações e papéis de gênero das professoras e dos professores que atuam com práticas pedagógicas sobre gênero e sexualidade, inventariando assim possibilidades

e empecilhos, criando alternativas para um trabalho mais inclusivo, estabelecer estratégias às professoras(es) interessadas neste trabalho. Acrescentamos também a relevância de se pesquisar tais temáticas em tempos sombrios – nesta onda de retrocessos, de Escola Sem Partido, “kit gay”, “mamadeira de piroca”, “ideologia de gênero”, perseguição a professoras e professores que trabalham a diversidade em sala de aula, que promovam o pensamento crítico às suas alunas(os), ou que fogem de um ideal normativo desta sociedade atual (cristã, branca, masculina, cis heteronormativa).

Compreender como nossa sociedade se formou até os dias de hoje, como se deu essa feminização do ensino e como tudo isso pode influenciar nas vidas das alunas(os), implica na possibilidade de mudança, dialogar com as implicações que uma sociedade excludente para vários grupos, causa uma transformação na vida dessa criança e adolescente, promove mais aceitação da diversidade existente, promove uma formação de homens conscientes do seu papel social e desfavorece a constituição sexista de sujeitos. A partir dos diálogos com as professoras e os professores, pode-se dizer que há sim uma diferenciação no tratamento quanto ao gênero da professora ou do professor, apresentou-se nas entrevistas que a figura masculina desperta maior autoridade às alunas(os), gera maior receio e mais rigidez, já no caso da figura feminina, quando o assunto é mais “delicado”, as alunas(os) possuem maior abertura para as discussões, tanto quanto com as meninas como com os meninos.

Uma questão importante a qual surgiu durante as entrevistas foram as tratativas da identidade de gênero (homossexualidade) de dois professores, os quais relatam sentir que há uma diferenciação no tratamento com relação às suas sexualidades, mas não quanto ao seu gênero. Esse fator abre brecha para verificar, de forma mais

minuciosa, quais empecilhos professoras(es) que fogem da regra heteronormativa enfrentam na prática profissional. E quando professores assumidamente homossexuais abordam conteúdos sobre a diversidade, como seria a recepção pelas alunas(os), demais professoras(es) e pela família, se enfrentam algum preconceito e de que tipo, tais questionamentos podem ser assuntos para uma nova investigação futura.

Com todo esse diálogo, faz-se necessário persistir nesses espaços educacionais para promover uma formação mais humana às alunas e alunos, estes espaços devem ser saudáveis e inclusivos, tanto pelas próprias alunas(os) como também pelas professoras(es). É importante seguir com essas discussões, nas desconstruções dos papéis de gênero, garantir que não haja diferenciação do ser homem ou do ser mulher na atuação no magistério ou em qualquer outra profissão que a pessoa venha a escolher.

Ainda há empecilhos que impossibilitam tais diálogos, uma grade extensa de conteúdos, um currículo muito engessado, estruturas de ensino muito arcaicas, grade curricular de graduações muito voltadas ao biológico/orgânico, sem contar com a falta de espaços para diálogos livres, onde a própria professora e professor se sintam confortáveis em abordar temas diversos sem medo de perseguição, pois, o que temos visto na mídia e no dia a dia é uma condenação ao docente que tende a contrariar o sistema padrão educacional, e tenta abrir espaços para desconstruções tradicionais, para diálogos que fomentem o pensamento crítico, e às disciplinas que possibilitam um questionamento e superação da ordem conservadora, dogmática e doutrinadora dos corpos, como a sociologia e a filosofia.

Fica evidente o papel transformador da escola, uma responsabilidade social de formar cidadãos conscientes do seus valores e ações, críticos quanto às diferenças

peçoais e que respeitem a individualidade do outro, os diálogos são mais do que importantes, são primordiais, pois, como as professoras(es) relatam, as famílias não provem o básico de informações necessárias para essa formação, então, a escola deve propor espaços saudáveis de conhecimento, inclusão e {trans}formação.

## Referências

AGUIAR, J. F.; MAIA, M. V. C. M. **Um homem. Pode ser professor?** IN: IV Seminário Internacional em Inclusão e Educação: Universidade e Participação, 2016, Rio de Janeiro. UFRJ, v. 1. p. 94-102, 2016.

ALTMANN, H. **Orientação sexual em uma escola:** recortes de corpos e de gênero. Caderno Pagu, n.21, p. 281-315, 2003.

ALVES, B. M.; PITANGUY, J. **O que é feminismo.** 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.

BATISTA, A. B.; LOPES, M. F.; SILVA, P. F. G.; SILVA, A. I. O. **Gênero e Masculinidade:** a construção de um ethos militar. In: XXVIII Encontro Anual da ANPOCS, 2004, v. 1, Caxambú. XXVIII Encontro Anual da ANPOCS, 2004.

BEAUVOIR, Simone de. **A força das coisas.** Trad. Maria Helena Franco Martins. 2. Ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

\_\_\_\_\_. **O Segundo Sexo.** Trad. de Sérgio Milliet. 2 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1908-1986.

BRASIL, Ministério da Educação. Diretoria das Estatísticas Educacionais (DEED). Censo Escolar – **Sinopse Estatística da Educação Básica** 2018. Brasília, MEC/SEF, 2018.

BLOG HISTOURANDO. Conquistas femininas (linha do tempo). 2014. Disponível em: <<https://histourando.wordpress.com/2014/10/19/conquistas-femininas-linha-do-tempo/>>. Acesso em: 21 nov. 2020.

BRUSCHINI, M. C. A.; AMADO, T. **Estudos sobre mulher e educação:** algumas questões sobre o magistério. Cadernos de Pesquisa, n. 64, p. 4–13, 2013.

CARVALHO, E. J. G. **Estudos comparados em educação: novos enfoques teórico- metodológicos.** Universidade Estadual de Maringá, v. 36, n. 1, p. 129-141, Maringá/PR: jan./jun, 2014.

CARVALHO, M. E. P. Modos de educação, gênero e relações escola–família. **Cadernos de Pesquisa**, v. 34, n. 121, P. 41-58, jan./abr. 2004.

CASTANHA, A. P. **O processo de feminização do magistério no Brasil do século 19:** coeducação ou escolas mistas. Hist. Educ. [online], vol.19, n.47, p.197-212. 2015.

CRUZ, T. M.; FERNANDES, F. M.; MENGER, A. **As relações de gênero na escolha da profissão do magistério no município de Tubarão-SC**. SIMFOP/EDUCS, p.48-77, Tubarão/SC: jul./dez., 2012.

DE SÁ, C. M., ROSA, W. M. **A história da feminização do magistério no Brasil: uma revisão bibliográfica**. In: III Congresso Brasileiro de História da Educação da SBHE, 2004, Curitiba. Anais do III Congresso Brasileiro de História da Educação da SBHE, 2004.

DEMARTINI, Z. B. F.; ANTUNES, F. F. Magistério primário: profissão feminina, carreira masculina. **Cadernos de Pesquisa**, n. 86, p. 5-14, 1993.

JAKIMIU, V. C. L. **A construção dos papéis de gênero no ambiente escolar e suas implicações na constituição das Identidades masculinas e femininas: uma dinâmica de Relação de poder**. In: X Congresso Nacional de Educação - EDUCERE, 2011, Curitiba. X Congresso Nacional de Educação – EDUCERE. Curitiba/PR: 2011.

LEÃO, G. I. M. **A importância do docente do gênero masculino nos anos iniciais do ensino fundamental**. Universidade de Brasília - UNB, Faculdade de Educação – FE. Brasília/DF, 2015.

LOURO, G. L. **Corpo, gênero e sexualidade: discussões**. Petrópolis, RJ: Vozes. p. 9-27, 2003.

\_\_\_\_\_. **Gênero e Magistério: identidade, história, representação**. In: CATANI, D. B. [et al.]. Docência, Memória e Gênero: estudos sobre formação. São Paulo: Escrituras Editora, 1997b.

\_\_\_\_\_. **Gênero, sexualidade e educação: Uma perspectiva pós-estruturalista**. Petrópolis, RJ, Vozes, p. 14-36, 1997a.

LOURO, G. L.; NECKEL, J.F.; GOELLNER, S.V. **Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na educação**. 5a ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em educação: Abordagens Qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

MACEDO, A. C. Ser e Tornar-se: Meninas e meninos nas socializações de gêneros da infância. Dissertação de Mestrado – Departamento de Estudos Avançados Multidisciplinares. Universidade de Brasília. Brasília/DF: 2017.

\_\_\_\_\_. **Um Currículo para a Equidade de Gênero: A Educação na Perspectiva dos Direitos Humanos**. In: MACEDO et al. Direitos Humanos: Diversas Abordagens. Rio de Janeiro: Câmara Brasileira de Jovens Escritores, 2016.

MELLO, M.; NABRISA; SOUZA. C; AZZY; SOUTO MC; BARBOSA, D.; **Poetisas no Topo**. Rio de Janeiro: Brainstorm Estúdio, 2017.

MINAYO, M. C. S. Ciência, técnica e arte: O desafio da pesquisa social. In: MINAYO, M. C. S. (Org.). **Pesquisa Social: Teoria, Método e Criatividade**. Petrópolis, Editora Vozes, 2002. MOLINA, L. P. P. Professores homossexuais – suas vivências frente à

comunidade escolar. Caderno de Gênero e Tecnologia, v. 7 n. 25/26. Curitiba/PR: jan./jun. 2013.

\_\_\_\_\_. Pesquisa social: teoria, método e criatividade. Rio de Janeiro: Vozes; 1994.

MUNICÍPIO DA CORTE. **Pontos do programa para a primeira conferência pedagógica**. Publicado como anexo C-3 do relatório do Ministro dos Negócios do Império, João Alfredo Corrêa de Oliveira, de dezembro de 1872. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1872.

RABELO, A. O. **A escolha profissional dos homens pela docência na escola “primária”**. In: Revista Educação em Questão. Revista Educação em Questão, v. 41, n. 27, 06-37. EDUFRN – Editora da UFRN, Natal/RN: jul./dez., 2011.

\_\_\_\_\_. **Os professores do sexo masculino no ensino “primário”**: um “corpo estranho” no cotidiano das escolas públicas do Rio de Janeiro (Brasil) e de Aveiro (Portugal). Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, v. 90, n. 226, set/dez, p. 636-649. Brasília/DF: 2009.

\_\_\_\_\_. **Professores discriminados**: um estudo sobre os docentes do sexo masculino nas séries do ensino fundamental. Educ. Pesqui. [online], vol. 39, n. 4, out/dez, p. 907-925. São Paulo/SP: 2013. REAL, F. M. Amor e sexo inquietam a escola. Pelotas: Seiva Publicações, 2001.

RIEDO, C. R. F. **A supremacia das mulheres no Ensino Infantil**: feminização docente. UNICAMP: 2018. Disponível em: <[https://www.blogs.unicamp.br/pt\\_BR/blog/a-supremacia-das-mulheres-no-ensino-infantil-feminizacao-docente-v-4-n-3-2018/](https://www.blogs.unicamp.br/pt_BR/blog/a-supremacia-das-mulheres-no-ensino-infantil-feminizacao-docente-v-4-n-3-2018/)>. Acesso em: 30 jan. 2019.

SANTANA, D. R. **A função da mulher na educação infantil: mãe ou professora?**. In: IX Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas “História, Sociedade e Educação no Brasil” – Anais Eletrônicos. Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa: 2012.

SANTANA, V. C., BENEVENTO, C. T. **O conceito de gênero e suas representações sociais**. EFDeportes.com – Revista Digital. Buenos Aires, Ano 17, No 176. Rio de Janeiro, UFF: 2013. SANTOS, S. C. M.; SANTOS, P. G.;

SANTOS, M. C.; LIMA, W. M. **A abordagem de gênero na relação**: escola, família e alunos. Rev. Eletrônica: Saberes Docentes em Ação – SEMED Maceió, v. 02, n. 01, p. 104-115. Maceió/AL: nov., 2016.

SCOTT, J. W. **Gênero**: uma categoria útil para análise histórica. Tradução de Christine Rufino Dabat & Maria Betânia Ávila. 20 (2), p.71-99, 1995.

SILVA, A. C. G. **Reflexões sobre o professor do sexo masculino na Educação infantil. Curso de Pedagogia**. Departamento de Educação do curso de Pedagogia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. São Gonçalo/RJ, 2014.

SOIHET, R. **A pedagogia da conquista do espaço público pelas mulheres e a militância feminista de Bertha Lutz**. Rev. Bras. Educ., n.15, p.97-117. Dez, 2000.

\_\_\_\_\_. **História das mulheres e relações de gênero**: debatendo algumas questões. Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense - UFF, 2003. Disponível

em: <<http://www.comciencia.br/reportagens/mulheres/16.shtml>>. Acesso em: 30 nov. 2020.

SOUZA, R. H. e ARAÚJO, K. T. **GÊNERO NA ESCOLA**: quebrando a barreira da homogenização das diferenças. Anais do 8o CONPEF – Congresso Norte Paranaense de Educação Física Escolar. Paraná, Universidade Federal de Londrina: mai., 2017.

STAMATTO, M. I. S. **Um olhar na historia: a mulher na escola** (Brasil: 1549 - 1910). II Congresso Brasileiro de História da Educação. Natal: 2002.

TATAGIBA, A. P. **Homens na educação infantil: uma análise a partir dos estudos de gênero**. In: IX Seminário Internacional Fazendo Gênero, Universidade Federal de Santa Catarina, 2010, Florianópolis/SC. Anais do IX Seminário Internacional Fazendo Gênero [recurso eletrônico]. Florianópolis, 2010.

TAVARES, S. M. B.; ANDRADE, M. V.; LIMA, M. C. **A escolha pelo magistério na educação infantil**: o que dizem os estudantes homens do curso de pedagogia? Cadernos de Estudos e Pesquisa na Educação Básica, v. 2, n. 1, p. 18–35, 2017.

UNAIDS – Programa Conjunto Das Nações Unidas Para HIV/AIDS. As crianças e o HIV/AIDS. Informativo do UNIAIDS, abr. 1999.

VIANNA, C. P. O sexo e o gênero da docência. **Caderno Pagu**, n. 17-18, p. 81-103. 2002.

WARDE, M. J.; ROCHA, A. C. S. M. **Feminização do magistério e masculinização do comando educacional**: estudos no Teachers College da Universidade de Columbia (1927- 1935). Educ. rev., vol.34, no.70, p.35-50. Ago, 2018.